

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 74.533.787/0001-93  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre em 30 de junho de 2017, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do semestre, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 930 mil, correspondente a R\$ 7,28 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 32.367 mil e Ativos Totais de R\$ 33.735 mil.  
Osasco, SP, 26 de julho de 2017.  
**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>33.453</b>	<b>31.724</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	46	41
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	32.949	31.259
Carteira Própria	32.200	30.595
Vinculados à Prestação de Garantias	749	664
OUTROS CRÉDITOS	458	424
Diversos (Nota 6)	458	424
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>282</b>	<b>311</b>
OUTROS CRÉDITOS	282	311
Diversos (Nota 6)	282	311
<b>TOTAL</b>	<b>33.735</b>	<b>32.035</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2017	2016		
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.852</b>	<b>2.019</b>	<b>Eventos</b>	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	1.852	2.019	<b>Capital Social</b>	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.852</b>	<b>2.019</b>	<b>Legal</b>	<b>3.073</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(182)</b>	<b>(341)</b>	<b>Estatutária</b>	<b>11.178</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(111)	(226)	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>-</b>
Despesas Tributárias (Nota 11)	(102)	(110)	<b>Totais</b>	<b>29.451</b>
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	77	109	Saldo em 31.12.2015	837
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(46)	(114)	Saldo em 31.12.2016	1.151
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.670</b>	<b>1.678</b>	Saldo em 30.6.2017	3.367
<b>PROVISÃO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.670</b>	<b>1.678</b>	Saldo em 31.12.2015	837
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)</b>	<b>(740)</b>	<b>(749)</b>	Saldo em 31.12.2016	929
Provisão para Imposto de Renda	(392)	(400)	Saldo em 30.6.2017	1.151
Provisão para Contribuição Social	(322)	(329)	Saldo em 31.12.2015	9
Ativo Fiscal Diferido	(26)	(20)	Saldo em 31.12.2016	633
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>930</b>	<b>929</b>	Saldo em 30.6.2017	195
Número de ações (Nota 9a)	127.699.786	127.699.786	Saldo em 31.12.2015	495
Lucro por lote de mil ações em R\$	7,28	7,27	Saldo em 31.12.2016	531
			Saldo em 30.6.2017	513
			Saldo em 31.12.2015	228
			Saldo em 31.12.2016	291
			Saldo em 30.6.2017	303
			Saldo em 31.12.2015	222
			Saldo em 31.12.2016	292
			Saldo em 30.6.2017	303
			Saldo em 31.12.2015	151
			Saldo em 31.12.2016	151
			Saldo em 30.6.2017	151

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.852</b>	<b>2.019</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	1.852	2.019
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.852</b>	<b>2.019</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(182)</b>	<b>(341)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(111)	(226)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(102)	(110)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	77	109
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(46)	(114)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.670</b>	<b>1.678</b>
<b>PROVISÃO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.670</b>	<b>1.678</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)</b>	<b>(740)</b>	<b>(749)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(392)	(400)
Provisão para Contribuição Social	(322)	(329)
Ativo Fiscal Diferido	(26)	(20)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>930</b>	<b>929</b>
Número de ações (Nota 9a)	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	7,28	7,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.670</b>	<b>1.678</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(51)</b>	<b>(7)</b>
Reversões de Provisões Cíveis e Fiscais	(51)	(7)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>1.619</b>	<b>1.671</b>
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	110	(495)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(14)	(3)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(230)	(5)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.476)	(1.154)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>9</b>	<b>14</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Dividendos Pagos	(19)	(17)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamento</b>	<b>(19)</b>	<b>(17)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(10)</b>	<b>(3)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	56	44
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	46	41
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(10)</b>	<b>(3)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Everest Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil (Bacen). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2017.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

#### i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 46 mil (2016 - R\$ 41 mil).

### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Carteira própria</b>		
Cotas de fundos de investimentos	32.200	30.595
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>		
Letras financeiras do tesouro	749	664
<b>Total</b>	<b>32.949</b>	<b>31.259</b>

#### b) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2017		2016			
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
<b>Títulos para negociação (3):</b>						
Letras financeiras do tesouro	2.999	2.296	3.607	22.621	31.523	31.527
Notas do tesouro nacional	955	-	-	-	955	955
Debêntures	-	471	-	-	471	471
<b>Total em 2017</b>	<b>3.954</b>	<b>2.767</b>	<b>3.607</b>	<b>22.621</b>	<b>32.949</b>	<b>32.953</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>1.265</b>	<b>157</b>	<b>937</b>	<b>28.900</b>	<b>31.259</b>	<b>(3)</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

#### c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda fixa	1.852	2.019
<b>Total</b>	<b>1.852</b>	<b>2.019</b>

d) A Everest Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

### 6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Créditos tributários (Notas 15c e d)	481	506
Devedores por depósitos em garantia	215	203
Outros	44	26
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>735</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>15.200</b>	<b>3.073</b>	<b>11.178</b>	<b>-</b>	<b>29.451</b>
Lucro Líquido	-	-	-	929	929
Destinações: - Reservas	-	46	874	(920)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(9)	(9)
<b>Saldo em 30.6.2016</b>	<b>15.200</b>	<b>3.119</b>	<b>12.052</b>	<b>-</b>	<b>30.371</b>
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>15.200</b>	<b>3.174</b>	<b>13.072</b>	<b>-</b>	<b>31.446</b>
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	1.000	-	(1.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	930	930
Destinações: - Reservas	-	46	875	(921)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(9)	(9)
<b>Saldo em 30.6.2017</b>	<b>16.200</b>	<b>3.220</b>	<b>12.947</b>	<b>-</b>	<b>32.367</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### 7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos .....	(714)	(729)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias .....	(26)	(20)
<b>Total dos impostos diferidos.....</b>	<b>(26)</b>	<b>(20)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(740)</b>	<b>(749)</b>

Todos os créditos tributários da Everest Leasing foram devidamente ativados.

### e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 228 mil (2016 - R\$ 221 mil) relativo atualização monetária de depósitos judiciais.

### 16) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	280	-	-
Provisões fiscais e cíveis.....	179	7	31
Provisões para desvalorização de bens não de uso .....	18	-	-
Outros valores .....	30	28	30
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6).....</b>	<b>507</b>	<b>35</b>	<b>61</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	225	3	-
<b>Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>282</b>	<b>32</b>	<b>61</b>

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	61	44	105
2018.....	94	66	160
2019.....	83	60	143
2020.....	23	15	38
2021.....	21	14	35
<b>Total (Nota 6).....</b>	<b>282</b>	<b>199</b>	<b>481</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 462 mil (2016 - R\$ 484 mil).

## A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

**Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
Osasco - São Paulo

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2